

A PROPOSTA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO DE ADOLESCENTES, JOVENS E ADULTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÂNIA E SUA RELAÇÃO COM A PEDAGOGIA DE PAULO FREIRE

Jardeson Rodrigues da Silva de Sousa

Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás. Membro do DIDAKTIKÉ - Grupo de Estudos e Pesquisas em Didática e Questões Contemporâneas - DGP/CNPq da Faculdade de Educação (FE) da UFG. UFG.
jardesonrodrigueslp@gmail.com

Simeia Araujo Silva

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Goiás (2012). Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Goiás (1998). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás (1984). Professora efetiva Adjunta/DE da Universidade Federal de Goiás. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em História da Educação, Teoria Crítica da Sociedade, Literatura e Infância. Atua principalmente nos seguintes temas: Ideologia, literatura e infância; indústria cultural, infância e educação; formação cultural da criança.
simeiaraujo@hotmail.com

Resumo

Este artigo tem por objetivo apresentar uma análise da Proposta Político-Pedagógica da Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos da Secretaria de Educação e Esportes de Goiânia-GO, assim como uma análise dos conceitos construídos por Paulo Freire, ao longo do século XX, no que tange a teorias e metodologias de trabalho para a educação de adultos. O trabalho é justificado por compreender se existe distanciamento entre a teoria proposta por Paulo Freire e o projeto de Educação de Adolescentes Jovens e Adultos (EAJA). O caminho metodológico que guiou este trabalho, de cunho qualitativo, consistiu em uma leitura e análise de algumas obras de Paulo Freire, bem como a leitura e análise da Proposta Político-Pedagógica (PPP) para a Educação de Adolescentes Jovens e Adultos EAJA da SME de Goiânia (2016). Freire trata da importância de uma pedagogia emancipatória que liberte o oprimido de sua condição de exclusão social. Portanto, uma pedagogia pautada no diálogo e que promova nos educandos a necessidade de construir sua história e se posicionarem diante da sociedade como sujeitos conscientes do seu lugar e capazes de pensar criticamente sobre o mundo.

Palavras-chave: Projeto político pedagógico. EJA. Paulo Freire.

The political-pedagogical proposal for the education of adolescents, young people and adults of the municipal secretariat of education in Goiânia and their relationship with the pedagogy of Paulo Freire

Abstract

This article aims to present an analysis of the Political-Pedagogical Proposal for the Education of Adolescents, Youth and Adults of the Education and Sports Secretariat of Goiânia-GO, as well as an analysis of the concepts constructed by Paulo Freire, throughout the 20th century, in the concerning theories and methodologies of work for adult education. The work is justified by understanding if there is a gap between the theory proposed by Paulo Freire and the Education Project for Young Adolescents and Adults (EAJA). The methodological path that guided this work, of a qualitative nature, consisted of a reading and analysis of some works by Paulo Freire, as well as the reading and analysis of the Political-Pedagogical Proposal (PPP) for the Education of Young Adolescents and Adults EAJA of SME from Goiânia (2016). Freire deals with the importance of an emancipatory pedagogy that frees the oppressed from their condition of social exclusion. Therefore, a pedagogy based on dialogue and that promotes in students the need to build their history and position themselves before society as subjects aware of their place and capable of thinking critically about the world.

Keywords: *Pedagogical political project. EJA. Paulo Freire.*

Introdução

Paulo Freire sempre expressou em suas obras a discrepância e as desigualdades presentes em nossa sociedade. Deste modo, apresentava de modo simples como tais diferenças oportunizam que a classe trabalhadora venha a ser oprimida pelas classes mais abastadas. Os estudos propostos por Freire defendiam uma educação, na qual os sujeitos pudessem atingir a sua autonomia. Isto por intermédio de um ensino que busque formar cidadãos críticos e conscientes. Para Freire a educação é conscientização.

Este trabalho objetiva compreender se existe distanciamento entre a teoria proposta por Paulo Freire e o projeto de Educação de Adolescentes Jovens e Adultos (EAJA). Portanto, compreender até que ponto a Proposta Político-Pedagógica (PPP) da EAJA da Secretaria Municipal de Educação (SME) de Goiânia expressa coerência à proposta de alfabetização de Paulo Freire. Vale ressaltar que no estado de Goiás se diz

EAJA, pois esta modalidade de ensino também atende adolescentes a partir de 14 anos de idade, portanto, Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos (EAJA).

Metodologia

O caminho metodológico que guiou este trabalho, de cunho qualitativo, consistiu na análise de algumas obras de Paulo Freire, quais sejam: Educação Como Prática da Liberdade (1980a), Conscientização: Teoria e Prática da Libertação: Uma Introdução ao Pensamento De Paulo Freire (1980b), Pedagogia do Oprimido (2019a), Pedagogia da Esperança (2009) e Pedagogia da Autonomia (2019b). Também uma análise da Proposta Político-Pedagógica (PPP) para a Educação de Adolescentes Jovens e Adultos EAJA da SME de Goiânia. As leituras tiveram por objetivo traçar uma análise das obras do autor e sua contribuição para a educação nacional, assim como verificar como esta contribuição está apresentada na PPP da EAJA da SME de Goiânia.

A Proposta Político-Pedagógica da Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos da Secretaria de Educação de Goiânia e sua relação com a teoria de Paulo Freire

A Proposta Político-Pedagógica (PPP) para a Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos (EAJA) da Secretaria Municipal de Educação e Esporte (SME) do município de Goiânia-GO foi desenvolvida com base:

[...] em um referencial teórico crítico que a sustenta e se articula com a prática pedagógica e segue os pressupostos da legislação vigente como a Constituição Federal (CF) de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - Lei 9394/96, o Marco de Belém (2010), os Pareceres 11/2000 e 03\2010 da Câmara de Educação Básica - CEB e o Parecer 001/98 do Conselho Municipal de Educação de Goiânia (CME), entre outras. (GOIÂNIA, 2016, p.14)

Conforme a PPP (GOIÂNIA, 2016), a EAJA parte da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/96, a qual preceitua que esta modalidade de ensino tem por objetivo promover a ampliação do acesso de adolescentes, jovens, adultos e idosos no processo de escolarização e, por consequência, a sua permanência na escola e no processo de ensino.

O trabalho na EAJA é, essencialmente, pautado na inclusão de pessoas de diferentes contextos sociais, econômicos e culturais. Deste modo, como defende a PPP

(GOIÂNIA, 2016), nas palavras de Trindade (2009), a prática pedagógica da EAJA está alicerçada nos princípios da Educação Popular, uma vez que:

O popular tem a força e o potencial para o reordenamento da teoria educacional. Tal reordenamento implica permanente diálogo, reflexão e reconhecimento de que as dimensões do político e do pedagógico encontram-se num mesmo nível de importância. (TRINDADE, 2009, p. 24 apud GOIÂNIA, 2016, p. 15)

A PPP (GOIÂNIA, 2016, p. 15) da EAJA confirma que o princípio da Educação Popular contribui para:

- A superação dos enfrentamentos sociais e educacionais existentes no processo de escolarização da EAJA;
- A luta por uma prática educativa libertadora e emancipatória com o objetivo de materializar-se em novas relações sociais, econômicas, políticas, culturais e afetivas;
- A mobilização e na formação dos grupos populares;
- A escolarização como um direito de todo cidadão e no ato de acolher os valores, a historicidade, as habilidades, o conhecimento que cada educando traz e que se torna conteúdo vivo para o educador.

A PPP da EAJA (GOIÂNIA, 2016) foi escrita a partir da necessidade de dar voz a homens e mulheres, adolescentes, adultos e idosos que uma vez tiveram negado o direito à educação, os colocando à margem social, fora das escolas, sem direitos e sem acesso ao mundo escolarizado. Deste modo, o documento foi sendo criado a partir das demandas e especificidades do público que frequenta a EAJA, partindo do princípio de Freire (2019a) de uma educação emancipatória que dá, a estes sujeitos, o direito à palavra.

O documento foi desenvolvido por 79 professores que tiveram a responsabilidade de escrita da PPP por meio de ações, pesquisas e reflexões teóricas. (GOIÂNIA, 2016). Conforme a PPP (GOIÂNIA, 2016), foram realizados eventos voltados à EAJA, nos quais foi apresentado o texto da proposta.

[...] destaca-se a realização, em 2015, do IV Simpósio da EAJA, envolvendo todos os profissionais, e um Seminário, estruturado pelas dimensões da PPP e realizado por CRE. Ainda, citam-se, em 2016, dois

Seminários Consultivos: um deles organizado por Componentes Curriculares, para avaliação do texto inicial, e o outro, intitulado Seminário Final, para avaliar o texto final de todas as dimensões desta PPP. (GOIÂNIA, 2016, p. 12)

A proposta apresenta em sua composição um histórico da luta para regulamentação da EAJA em âmbito nacional, assim como apresenta quem são os sujeitos da EAJA, em especial o público alvo, adolescentes, jovens, adultos e idosos. O documento ainda perpassa pela organização curricular desta modalidade de ensino nos princípios de conhecimento, linguagem, aprendizagem e trabalho coletivo. Apresenta, também, os eixos de trabalho da EAJA e suas especificidades, sendo eles, identidade, cidadania, trabalho e cultura, além de apresentar as metodologias de trabalho pedagógico na EAJA, formas de avaliação, formação e organização do trabalho pedagógico.

Conforme a PPP (GOIÂNIA, 2016), o desenvolvimento deste documento teve por finalidade orientar as políticas pedagógicas da EAJA na SME do município de Goiânia, deste modo sendo utilizada como alicerce aos educadores/as e, ainda:

[...] conhecer os sujeitos da EAJA; estabelecer um diálogo aberto com os educandos; incentivar uma postura investigativa do educador para elaborar o diagnóstico da turma por meio da escuta, possibilitando uma intervenção pedagógica efetiva no processo ensino e aprendizagem; produzir um currículo interdisciplinar a partir da necessidade dos educandos e torná-lo contextualizado e significativo; dinamizar o trabalho considerando as especificidades do adolescente, do jovem, do adulto e do idoso; criar meios para enfrentar a rotatividade, o afastamento e a evasão dos educandos; buscar a formação continuada dos educadores com caráter humano e emancipatório. (GOIÂNIA, 2016, p. 16)

Os Sujeitos da EAJA

Para a PPP (GOIÂNIA, 2016) o ser humano, a partir da concepção freireana, é compreendido como um sujeito social e histórico. Deste modo, deve-se ter em mente que este sujeito está inserido em um contexto social e que apresenta suas manifestações culturais construídas coletivamente. “Portanto, não é possível tratar o sujeito como um ente abstrato, puramente desligado do contexto e fora do mundo e da sociedade” (GOIÂNIA, 2016, p. 29). A fim de compreender esta questão, a PPP apresenta que, conforme afirma Freire:

Não é possível entender-me apenas como classe, ou como raça ou como sexo, mas, por outro lado, minha posição de classe, a cor da minha pele e o sexo com que cheguei ao mundo não podem ser esquecidos na análise do que faço, do que penso, do que digo. Como pode ser esquecida a experiência social de que participo, minha formação, minhas crenças, minha cultura, minha opção política, minha esperança. (FREIRE, 1993, p. 15 apud GOIÂNIA, 2016, P. 29)

A proposta apresenta que o sujeito, em qualquer etapa da sua existência, deve ser compreendido sempre em diálogo com o mundo e a sociedade. Pois “ninguém nasce feito: é experimentando-nos no mundo que nós nos fazemos.” (FREIRE, 1993, p. 79 apud GOIÂNIA, 2016, p. 29). O documento ainda explicita que, para Freire (1993), o ser humano faz-se mediante a realização da sua vocação ontológica de ser mais como “corpo consciente e curioso (...) capaz de compreender, inteligir o mundo, de nele intervir técnica, ética, estética, científica e politicamente” (FREIRE, 1993, p. 12 apud GOIÂNIA, 2016, p. 29).

Os sujeitos da EAJA, uma vez envolvidos no processo educativo, devem ser consideradas suas experiência de vida e, portanto, as suas dificuldades no processo de ensino-aprendizagem e construção de saberes. Portanto, estes sujeitos devem ser entendidos como pessoas que trazem consigo uma história e, neste processo, conhecimentos construídos durante a vida, oriundos de sua relação com o mundo e a sociedade. Estes conhecimentos devem ser considerados e trabalhados para a efetivação da construção de conhecimentos dentro da sala de aula em uma parceria entre educandos/as e educadores/as.

Falar dos sujeitos da EAJA é reportar à totalidade dos educandos e profissionais da educação envolvidos no processo educativo e, de maneira peculiar, considerar as vivências que constituem tanto suas dificuldades quanto as possibilidades de construção de saberes, em um processo. Essa compreensão implica em um fazer educativo, cuja efetividade se dá não apenas na sala de aula ou na relação educador-educando, mas em todos os movimentos que ocorrem na escola e na relação desta com a comunidade, o que integra suas experiências de vida e os conhecimentos científicos. (GOIÂNIA, 2016, p. 29)

Estes sujeitos são adolescentes, jovens, adultos e idosos, em sua maioria, trabalhadores, seja empregados ou desempregados e, conforme a PPP:

[...] muitos na informalidade, sem direitos trabalhistas ou contribuição previdenciária e com jornadas de trabalho que, por vezes, excedem a oito horas diárias, com pouca qualificação, ou, ainda, que vivem de trabalhos esporádicos. Trata-se, portanto, de mulheres e homens trabalhadores que tiveram negado seu direito à escolarização (GOIÂNIA, 2016, p. 30).

Quando se fala nestes sujeitos da EAJA e sua relação, em sua maioria, com a vida adulta, implica-se com um problema da sociedade em visualizar estes sujeitos como seres que podem vir a estar na escola aprendendo a ler e a escrever em uma idade na qual espera-se muitas vezes que já se seja formado em um curso de graduação e inseridos no mercado de trabalho. Esta visão deve ser rompida no processo de ensino- aprendizagem, essencialmente pela diversidade de culturas e idades que se pode ter em uma turma de EAJA. Em conformidade com a proposta, a sala de aula se tornar “espaço de relações intergeracionais, de diálogo entre saberes, de compreensão e de reconhecimento da experiência e da sabedoria, tencionadas pelas culturas dos diferentes sujeitos” (GOIÂNIA, 2016, p. 32).

Deste modo compreende-se que, embora as idades da vida sejam “ancoradas no desenvolvimento biopsíquico dos indivíduos” (GOIÂNIA, 2016, p. 32), isto se constitui como algo social e histórico. Portanto, faz-se necessário um olhar crítico acerca da forma de expressão destes diferentes sujeitos, sabendo dar voz a todos na discussão ampla dos mais jovens com os adultos e idosos, de modo que estas diferenças etárias, sociais, históricas e culturais sejam utilizadas como arcabouço para uma aprendizagem rica, favorecendo a convivência e aprendizado. A PPP “afirma que a resistência e o conflito entre as gerações enriquecem a vida social, pois apontam novas alternativas e sinalizam possibilidades de mudanças” (SPÓSITO, 1996, p.102 apud GOIÂNIA, 2016, p. 32).

Esta discussão presente na PPP (GOIÂNIA, 2016) acerca da promoção da interação entre os diferentes sujeitos da EAJA a fim de potencializar o aprendizado, relaciona-se com a questão da valorização do diálogo trazida por Freire (1980), ao afirmar que:

O diálogo é o encontro entre os homens, mediatizados pelo mundo, para designá-lo. Se, ao dizer suas palavras, ao chamar ao mundo, os homens o transformam, o diálogo impõe-se como o caminho pelo qual

os homens encontram seu significado enquanto homens, o diálogo é, pois, uma necessidade existencial (FREIRE, 1980, p. 82).

Portanto, é imprescindível, reconhecer, valorizar e potencializar a experiência destes sujeitos, seus corpos, suas consciências e as diferentes formas de aprender que são confrontadas em seu cotidiano (GOIÂNIA, 2016). Portanto, conforme a PPP “indagar como a identidade e a categoria corpo, nas suas diversas maneiras de representação, estão implicada nos limites e nas possibilidades de criação de modos de aprender, individual e coletivamente” (GOIÂNIA, 2016, p. 32).

Assim, é preciso entender os sujeitos da EAJA como sujeitos pensantes, que aprendem gradativamente por meio do diálogo, da interação, social e da valorização de seus conhecimentos empíricos trazidos de sua experiência de vida, pois:

[...] o corpo humano, velho ou moço, gordo ou magro, não importa de que cor, o corpo consciente, que olha as estrelas, é o corpo que escreve, é o corpo que fala, é o corpo que luta, é o corpo que ama, que odeia, é o corpo que sofre, é o corpo que morre, é o corpo que vive! (FREIRE, 2000, p.28 apud GOIÂNIA, 2016, p. 32).

O Currículo e o Processo de Ensino-aprendizagem na EAJA

Conforme a PPP (GOIÂNIA, 2016), o currículo é um processo pelo qual os sujeitos constroem conhecimentos promovidos pela prática pedagógica. O currículo, conforme a PPP, é:

[...] um caminho, um conjunto de princípios, os quais apontam vivências, convivências, ações e inter-relações que carregam sentidos e significados, em que saberes e conhecimentos populares e científicos possam ser afirmados ou refutados, confrontados ou ampliados, desconstruídos ou redimensionados etc., em um processo criativo e pulsante que é marcado pela ação-reflexão-ação e que tem como rigor técnico a dialogicidade (GOIÂNIA, 2016. p. 43).

Neste sentido, o currículo deve ser construído a partir de uma práxis reflexiva. Deste modo, o educador deve apropriar-se da necessidade de refletir a sua prática em um princípio de valorização dos diferentes tipos de conhecimento. Portanto, o educador, em seu processo de reflexão, deve estar apto a construir modos que possam promover trocas de conhecimentos em uma relação dialógica, onde o educandos e educadores, ora ensinam, ora aprendem, em diálogo com o mundo.

De acordo com Freire:

[...] toda prática educativa demanda a existência de sujeitos, um que, ensinando, aprende, outro que, aprendendo, ensina, daí o seu cunho gnosiológico; a existência de objetos, conteúdos a serem ensinados e aprendidos; envolve o uso de métodos, de técnicas, de materiais; implica, em função de seu caráter diretivo, objetivo, sonhos, utopias, ideais (FREIRE, 2019b, p. 68).

Dessa forma, o currículo na EAJA, reflete sobre o porquê de alguns conteúdos serem ensinados, enquanto outros, não, como metodologia de trazer à tona saberes populares a serem articulados com saberes científicos, a fim de construir novos modos de conhecimento (GOIÂNIA, 2016). Conclui-se que, conforme a proposta, o currículo da EAJA tem por base valorizar as experiências trazidas pelos sujeitos presentes neste contexto, homens e mulheres, adolescentes, jovens, adultos e idosos, de modo a construir um aprendizado crítico, para que estes sujeitos venham a ser agentes transformadores de suas realidades.

Nesse sentido, o conhecimento é um processo humano de formação de conceitos e desenvolvimento de técnicas, de busca por compreensão e organização de objetos e da realidade, e, de modo especial, de transformação do mundo vivido, cuja marca é a transitoriedade (GOIÂNIA, 2016, p. 43).

De acordo com Freire (2009), não se deve negar a existência da sabedoria proveniente da experiência sociocultural dos sujeitos. Para o autor, é importante evitar a separação de saberes, deve-se compreender e experimentar a relação entre conhecimentos empíricos e científicos. Buscar novas formas de ressignificar o currículo a fim de estabelecer esta relação de saberes de dentro e de fora da escola e, conforme a PPP (GOIÂNIA, 2016), ultrapassar os limites do chamado “conhecimento escolar” o que pode vir a ser um mecanismo de exclusão dos sujeitos.

Se o pensamento do educador ou da educadora anula, esmaga, dificulta o desenvolvimento do pensamento dos educandos, então o pensamento do educador, autoritário, tende a gerar nos educandos sobre quem incide, um pensar tímido, inautêntico ou, às vezes, puramente rebeldes (FREIRE, 2009, p. 118).

Conforme a PPP (GOIÂNIA, 2016) para que isso ocorra de modo contrário, ou seja, como uma educação libertadora, é importante que o currículo seja pensado a fim de propiciar nos educandos, a aprendizagem de conhecimentos historicamente construídos, os quais tradicionalmente são mantidos para a educação das classes mais abastadas. Esta questão dialoga como uma contrapartida ao pensamento freireano quanto à concepção bancária da educação, na qual “em lugar de comunicar-se, o educador faz comunicados e depósitos que os educando, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem” (FREIRE, 2019a, p. 80).

Portanto, faz-se necessário pensar currículos que tragam os sujeitos da EAJA para este processo, respeitando suas especificidades e experiências e não, apenas, partir da repetição de conteúdos pré-determinados que sejam contrários à realidade desses sujeitos (GOIÂNIA, 2016).

É preciso, porém, deixar claro que, em coerência com a posição dialética em que me ponho, em que percebo as relações mundo-consciência-prática-teoria-leitura-do-mundo-leitura-da-palavra-contexto-texto, a leitura do mundo não pode ser a leitura dos acadêmicos imposta às classes populares. Nem tampouco pode tal leitura reduzir-se a um exercício complacente dos educadores ou educadoras em que, como prova de respeito à cultura popular, silenciem em face do “saber de experiência feito” e a ele se adaptem (FREIRE, 2009, p. 106-107).

Partindo da PPP (GOIÂNIA, 2016) compreende-se que o ensino e a aprendizagem na EAJA são visto como um ato comum e como processo político de formação e de transformação de pessoas no qual “quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado (...) quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (Freire, 2019b, p. 25). Portanto a aprendizagem é entendida como um processo capaz de transformar a todos os envolvidos no processo, portanto, educadores/as e educandos/as. Esta relação é defendida por Freire ao afirmar que:

[...] ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos, nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se redizem à condição de objeto um do outro (FREIRE, 2019b, p. 25).

Com base nesta perspectiva, o processo de ensino-aprendizagem ocorre em uma relação dialética entre educador-educando, na qual ambos devem se entender como aprendentes e ensinantes. Como supracitado, nesta relação, educador e educando ora ensina, ora aprende. A PPP (GOIÂNIA, 2016, p. 51) traz essa relação como uma “dialética pedagógica”, pois educandos e educadores dispõem-se “a rever suas posições e percepções em função da interação estabelecida”.

Nesta relação dialética, a PPP (GOIÂNIA, 2016) apresenta o que Freire pressupõe ao dizer que:

[...] em qualquer ocasião em que um educando lhe faz uma pergunta, ele [o professor] re-faz, na explicação, todo o esforço cognoscitivo anteriormente realizado. [...] Re-fazer este esforço não significa, contudo, repeti-lo tal qual, mas fazê-lo de novo, numa situação nova, em que novos ângulos, antes não aclarados, se lhe podem apresentar claramente; ou se lhe abrem caminhos novos de acesso ao objeto. (FREIRE, 1985, p.79 apud GOIÂNIA, 2016, p. 51)

Portanto, entender o processo de ensino-aprendizagem como princípio na EAJA, implica em desenvolver uma perspectiva pedagógica que promova nos sujeitos o entendimento de que são agentes participantes de sua cultura e que sejam capazes de questionar o que lhes é imposto sem explicações, desta forma buscando uma posição crítica frente à sociedade. Deste modo, é importante que no processo de ensino-aprendizagem, os sujeitos da EAJA possam:

[...] adotar o compromisso com a mobilização da aprendizagem significativa, isto é, aquela compreendida por Freire como oriunda da curiosidade e da postura crítica dos sujeitos, da insatisfação própria de quem quer saber mais, da busca pela razão de ser das coisas. (GOIÂNIA, 2016, p. 52)

Metodologia do Trabalho Pedagógico na EAJA

Ao tratar sobre a metodologia de trabalho pedagógica na EAJA, a PPP (GOIÂNIA, 2016) começa apresentando a seguinte citação de Paulo Freire: “ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua produção e construção” (Freire, 1996, p.47 apud GOIÂNIA, 2016, p. 68). Conforme a PPP (GOIÂNIA, 2016) esta citação de Freire inspira discutir acerca das diferentes possibilidades do fazer docente que considere as especificidades da EAJA.

A PPP traz outra citação de Freire, ao explicitar que a prática pedagógica tem como ponto de partida a escuta dos educandos, permeada pelo diálogo.

[...] o diálogo não é palavra oca nem verbalismo, é o encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando na relação eu-tu. É por meio do diálogo franco, da palavra verdadeira, enquanto uma exigência existencial, que os homens ganham significação enquanto homens e, ao mesmo tempo, pronunciam o mundo e o transformam (FREIRE, 1987, p.78 apud GOIÂNIA, 2016, p. 68).

Partindo desse princípio, é por meio do diálogo que educadores e educadoras estão propícios a criar instrumentos que sejam capazes de diagnosticar, conforme a PPP (GOIÂNIA, 2016), a realidade socioeconômica, política, cultural e cognitiva dos educandos. Isto, pois ao ingressarem no ambiente escolar, os educandos trazem consigo diversos conhecimentos, vivências, valores, crenças, habilidades, atitudes que devem ser consideradas ao organizar o que será aprendido (GOIÂNIA, 2016). Portanto, “as características como a idade, a história de vida, a família, a moradia, as experiências de trabalho, o lazer, a afetividade, as inquietações e as preferências [...] irão subsidiar a seleção do que e como ensinar” (GOIÂNIA, 2016, p. 68).

Nesse sentido a PPP articula-se com Paulo Freire no que se refere ao diagnóstico uma vez que promove a escuta dos educandos:

O que se pretende investigar, realmente, não são os homens, como se fossem peças anatômicas, mas o seu pensamento-linguagem referido à realidade, os níveis de sua percepção desta realidade, a sua visão de mundo, em que se encontram envolvidos seus temas geradores (FREIRE, 2019a, p. 121-122).

Esta postura investigadora, a fim de levantar dados e entender a realidade dos sujeitos é vista como um dos principais promotores de um novo tipo de aprendizagem, que, conforme a PPP (GOIÂNIA, 2016), é dotada de significados e experiências construídos ao longo da vida. Desta maneira as metodologias de trabalho são construídas a partir da problematização da realidade dos sujeitos presentes no processo de ensino-aprendizagem, ou seja, do contexto de educandos e educadores.

Conforme a PPP (GOIÂNIA, 2016) é com essa leitura e a apreensão do contexto em que os educandos e educadores estão inseridos, que a escola deve, coletivamente,

organizar e sistematizar os dados apreendidos, para desenvolver suas metodologias de trabalho no contexto escolar. Do mesmo modo, Freire (2019b) articula que:

[...] pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela [...], mas, também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. Por que não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes (FREIRE, 2019b, p. 31-32).

No fazer pedagógico da EAJA, de acordo com o que é explicitado pela PPP (GOIÂNIA, 2016) a perspectiva da educação interdisciplinar é vista como uma forma de concretizar na relação teoria e prática, uma vez que espera-se que os educadores de diferentes áreas do conhecimento possam estabelecer diálogos entre os componentes curriculares, deste modo, na procura por “romper com a construção fragmentada do conhecimento, possibilitando ao educando a análise e a compreensão crítica da realidade” (GOIÂNIA, 2016, p. 69).

Novamente a PPP (GOIÂNIA, 2016) estabelece relação com a perspectiva de uma educação dialógica freireana (FREIRE, 2019a), a fim de promover um processo educativo que seja dinâmico e criativo, que permita mudar a cultura de isolar os componentes curriculares, por meio de um diálogo permanente de todo o coletivo da escola ao desenvolver suas metodologias de trabalho.

O documento da PPP (GOIÂNIA, 2016) explicita que para o desenvolvimento de um currículo que abarque o educando integralmente, deve-se pensar o trabalho pedagógico de modo a ser coerente com as especificidades da EAJA. Assim, traz três diferentes metodologias, quais sejam: Tema Gerador, Eixo Temático e Projeto de Trabalho ou Projeto de Ensino-Aprendizagem, cabendo ao coletivo, num processo de reflexão e análise da realidade, decidir por uma dessas metodologias. Então, a PPP (GOIÂNIA, 2016) traz Paulo Freire como referencial para embasar a metodologia do trabalho pedagógico com base em temas geradores.

Ao tratar do surgimento de temas geradores como metodologia de trabalho, Freire parte da proposta do estudo da realidade do educando de modo a uma

organização de dados por parte do educador. Os temas geradores são então retirados a partir da problematização acerca da realidade dos educandos a partir de uma visão crítica do educador.

A PPP (GOIÂNIA, 2016) traz que:

Segundo Corazza (1992, p. 48-55), ao trabalhar com os temas geradores, o educador precisa ser um leitor crítico e rigoroso da realidade e do mundo para poder ajudar o educando a dizer, ler e escrever sua *palavramundo*; ir construindo a capacidade de teorizar sobre sua prática; possuir clareza acerca de suas concepções e opções fundamentais, tais como: projeto histórico, referencial teórico, princípios didático-metodológicos, do lado de 'quem' e do 'que' coloca sua práxis, sua utopia e seu sonho; estudar de forma a produzir uma sólida consistência conceitual; construir e criar conhecimentos; aprender ao ensinar e indagar ao responder; constituir e manter grupos de trabalho, estudo e discussão; 'fazer ciência' à moda de quem faz aventura; renunciar à menor parte do narcisismo de cada um, para que se estabeleça a pertença institucional (GOIÂNIA, 2016, p. 70).

O tema gerador traz de volta a concepção de trocas de saberes através do diálogo, na qual deve-se respeitar as especificidades dos sujeitos presentes nesta relação dialógica e suas diferentes visões de mundo. Espera-se que a partir dos temas geradores, os educandos e educadores desenvolvam uma consciência crítica frente à relação histórica da sociedade.

Considerações Finais

Com este trabalho pode-se concluir que a EAJA é, para muitos, uma porta aberta que dá acesso ao ensino institucionalizado. Os sujeitos da EAJA são em sua maioria jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso à educação regular por motivos variados e o mais presente é o trabalho.

Conforme o que foi analisado na PPP (GOIÂNIA, 2016), estes sujeitos advêm de camadas sociais menos abastadas e encontram na escola uma forma de ascensão social e pessoal por meio do saber adquirido. A EAJA encontra diversos empecilhos para seu funcionamento e um dos principais é a falta de alunos. No entanto, isto não quer dizer que o número de pessoas analfabetas tenha diminuído. Por estarem inseridos na classe trabalhadora, muitos destes sujeitos, por mais que deseje estar na escola, na maioria das vezes, não conseguem ingressar nessa instituição, pois

trabalham o dia inteiro em uma rotina cansativa, o que lhes causa desânimo de frequentar o ambiente escolar. Este fato associa-se à baixa procura de matrículas nesta modalidade de ensino.

Dados de 2017 informam que a SME de Goiânia estima que cerca de 30 mil moradores da capital goiana sejam analfabetos. Estes dados comprovam a importância da EAJA para a população. São necessárias diversas especificidades nesta modalidade de ensino, um atendimento diferenciado para garantir acesso à educação fundamental em horários que atendam às necessidades dos educandos, garantia de acesso (matrícula) em qualquer momento do ano letivo, carga horária e currículo voltados para a realidade dos discentes, possibilidade de avanço para séries à frente a qualquer momento de acordo com o aprendizado e desenvolvimento adquirido pelo estudante durante as aulas.

Os sujeitos da EAJA (adolescentes, jovens, adultos e idosos) buscam a escola, tardiamente, para preencher a lacuna deixada em sua vida escolar causada por algum obstáculo que o tenha impedido de finalizar a sua educação regular. A formação destes sujeitos deve ser realizada de forma a atender as especificidades e dificuldades de cada educando. É imprescindível ter em mente que estes alunos, apesar de não serem alfabetizados, possuem uma gama de conhecimentos adquiridos durante toda a sua vida, os quais não podem ser descartados em seu processo de formação. Cabe ao professor saber utilizar deste conhecimento prévio para propiciar o aprendizado formal dos temas propostos no currículo.

Deste modo, o direito à educação para esses sujeitos, de acordo com a PPP da EAJA (GOIÂNIA, 2016, p. 34):

[...] não deve se restringir à garantia de acesso à escolarização e a uma visão utilitarista do conhecimento [...] deve ser compreendida numa perspectiva de educação com qualidade social, de direito à aprendizagem, de respeito aos saberes e experiências dos educandos (GOIÂNIA, 2016, p. 34).

Freire (2019a) propõe um método pelo qual a palavra ajuda o homem a tornar-se homem. Assim, a linguagem passa a ser cultura. Através da decodificação da palavra, o alfabetizando vai se descobrindo como homem, sujeito de todo o processo histórico. Destarte, é fundamental que o professor tenha em mente as razões pelas

quais o possibilite reconhecer a sua capacidade em fazer algo, a tríade: “O que fazer? Como fazer? Para quem fazer?”. Além disso, sob a concepção da dialogicidade, buscar por elementos construtivos que relacionem ação e reflexão, pois se acredita que por meio do diálogo, conforme Freire (2019a) pode-se transformar o mundo mediante uma educação libertadora, em que cada sujeito é autor e protagonista de sua vida.

Portanto, conclui-se que a educação libertadora pautada na questão da dialogicidade (Freire, 2019a) está presente na PPP (GOIÂNIA, 2016) em seus fundamentos. Percebe-se que, mesmo após anos, as teorias de Freire são extremamente atuais e devem ser propagadas na educação nacional. E para que isto ocorra, é necessário que escola dê voz aos educandos, que estes sujeitos da EAJA possam ter o direito primordial de dizerem a palavra, uma vez que a estes mesmos sujeitos foram negados o direito de pronunciarem o mundo. Assim, é fundamental que estes sujeitos apreendam, por intermédio da conscientização (FREIRE, 1980b), que são diferentes dos demais, mas que tanto os demais sujeitos quanto eles, são iguais em relação aos direitos e, por conseguinte não devem ter medo da liberdade (FREIRE, 1980a).

Nesse sentido, a escola deve compreender e respeitar que os estudantes da EAJA têm como características principais: “a condição de não-crianças”, “a condição de excluídos” e o de pertencimento a “determinados grupos culturais” (OLIVEIRA, 2012, apud GOIÂNIA, 2016). A escola deve se fazer presente na vida dos estudantes da EAJA, para que estes se sintam pertencentes ao ambiente escolar e saibam que este lugar também é deles. O acompanhamento, desde a matrícula, pode ser uma forma de amenizar a evasão escolar destes educandos.

Referências

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. *LDB - Lei nº 9394/96*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. 3. ed. São Paulo, Moraes, 1980b.

_____. *Educação como prática da liberdade*. 10ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980a.

_____. *Pedagogia da autonomia*. 59ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo. Paz e Terra, 2019b.

_____. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 16^a ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2009.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 67. ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2019a.

_____. *Política e educação: ensaios*. São Paulo: Cortez, 1993.

GOIÂNIA, Prefeitura Municipal. *Proposta político-pedagógico da educação de adolescentes, jovens e adultos*. Goiânia: Secretaria Municipal de Educação /SME, 2016.

MATRÍCULAS *para educação de jovens e adultos estão abertas em Goiânia*. Portal G1.

Goiânia. 08 de fev. de 2017. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/goias/noticia/2017/02/matriculas-para-educacao-de-jovens-e-adultos-estao-abertas-em-goiania.html>>. Acesso em: 29 de dez. de 2019.

Submissão: Jan. 2020

Aprovado: Mar. 2020